

# Mudança de paradigma e sua ruptura: um estudo de caso na Museologia e a pluralidade paradigmática da Ciência da Informação

## *Paradigm shift and its rupture: a case study and paradigmatic plurality of Museology and Information Sciences*

Mário GOUVEIA JÚNIOR<sup>1</sup>

Raimundo Nonato Macedo dos SANTOS<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo traça um breve histórico da Ciência da Informação, anotando alguns conceitos ainda em discussão em um campo de estudos dito incipiente em virtude da ausência de paradigmas capazes de atender às inquietações de seus pesquisadores de modo satisfatório. Nesse contexto, busca-se abordar em que medida a configuração de uma crise pode comprometer um modelo de pensamento ao ponto de suscitar um novo paradigma. Analisa-se o conceito de mudança de paradigma em relação à Museologia e à Ciência da Informação, a partir de um breve estudo de caso, por meio do qual se obterá um maior entendimento acerca das negociações que se evidenciam quando se trata de questões inerentes à pesquisa científica e à comunidade acadêmica.

**Palavras-chave:** Informação. Mudança de paradigma. Museologia.

### Abstract

*In this article, brief history of Information Science was traced from a literature review, noting some concepts still under discussion in a field of studies that is allegedly a beginner, due to the absence of paradigms able to meet the concerns of researchers in a satisfactory manner. In this context, an endeavor will be made to address the question of how the emergence of a crisis can compromise a model of thought to the point of raising a new paradigm. The concept of paradigm shift in relation to Museology and Information Science will be analyzed from a brief case study, from which a clearer understanding will be found about the negotiations that are evident when it comes to issues related to scientific research and academic community.*

**Keywords:** Information. Paradigm shift. Museology.

### Introdução

Amparada que está nas novas tecnologias de disseminação de informação e nos fluxos de comunicação

veiculados em tempo real, a Ciência da Informação e toda a literatura por ela produzida encontram-se imersas em constante evolução e resignificação. A dinâmica catalisada pelas mídias digitais não está, todavia, restrita

<sup>1</sup> Mestrando, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Recife, PE, Brasil.

<sup>2</sup> Professor Doutor, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência da Informação. Av. da Arquitetura, s/n., Campus Universitário, 50740-550, Recife, PE, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: R.N.M. SANTOS. E-mail: <rnmacedo@uol.com.br>.

Recebido em 15/2/2012, rerepresentado em 9/4/2012 e aceito para publicação em 25/4/2012.

à academia, uma vez que a sociedade, como um todo, tem recebido o impacto de sua frequência ao mesmo tempo em que ela mesma, individual ou coletivamente, é responsável por sua construção, distribuição e acesso, o que caracteriza a era do acesso ao conteúdo (Capurro; Hjørland, 2007).

Vive-se num tempo de afetividade informacional, em que tanto se pode se corresponder com o vizinho de sala quanto com o colega do outro lado do mundo com a mesma velocidade, o que faz do tempo real, no ciberespaço, o aqui e o agora (Barreto, 2002). De modo análogo, Ortega y Gasset (2006, p.72) considerava, já no começo do século XX, que a vida se mundializara e que cada indivíduo vivia muitas relações de ubiquidade, denotando uma proximidade do distante, uma presença do ausente, ao ponto de sermos capazes de “[...] estar em mais lugares que antes, desfrutar mais idas e vindas, consumir em menos tempo vital mais tempo cósmico”.

Assim, pode-se perceber que a necessidade de informação de que trata Le Coadic (2004) não se restringe à demanda, mas também à sua oferta. Ademais, a transmissão de habilidades práticas, sociais ou intelectuais acaba por se tornar uma espécie de garantia de sobrevivência tanto de seus conteúdos quanto da própria comunidade que os produz (McGarry, 1999). Em uma palavra, “o acesso à informação deixa de ser retórico para tornar-se imprescindível, imperativo, vital, mesmo que de forma fragmentária, como ocorre em períodos de exceção” (Castro, 2007, p.73).

Nessa perspectiva, há a grande quantidade de *blogs* e páginas de provedores da *Internet* que contêm postagens com dicas ou respostas àqueles que têm dúvidas sobre termos e definições ou simplesmente almejam passar de fase em algum jogo de videogame ou de computador. Os autores das postagens dá as respostas ou dá as dicas e truques - uma população indefinida de *internautas* que pode ultrapassar os milhões - na maioria das vezes não se identificam nem parecem atuar ali esperando qualquer reconhecimento que não o da satisfação das necessidades de quem interessar possa.

Tal facilidade de acesso a conteúdos cada vez mais extensos em um espaço de tempo cada vez mais diluído traz a ideia de que se vive numa sociedade cada vez mais tributária da velocidade, que, no entendimento de Lévy (1999b), seria um primeiro grau de virtualização. Em meio

a tanta informação colocada ao dispor do usuário, que parece se encontrar mergulhado num “dilúvio informacional” (Lévy, 1999a), o que requerer do usuário a triagem daquilo que lhe serve em um universo de possibilidades de acordo com suas necessidades.

Da mesma forma se procede no campo científico: na construção de uma ciência, há que se evitar o caos conceitual e a pluralidade de alternativas metodológicas pautadas em definições vagas e circulares, ancoradas em citações acríticas de autoridades (Capurro; Hjørland, 2007), que, por vezes, antagonizam-se e evitam quaisquer meios de se chegar a um consenso mínimo.

Trata-se aqui do que Kuhn (1979) chamou de paradigma. Esse pesquisador, por sinal, trouxe uma noção inovadora acerca do progresso científico. Negando uma evolução linear e contínua da ciência, Kuhn defendeu as rupturas como responsáveis pelas conquistas e descobertas revolucionárias, ocorridas entre determinados espaços de tempo consideráveis. Popper (2007), por seu turno, enxerga que tais transformações se dariam de modo mais constante, a todo momento, ou, ao menos, em intervalos menores.

Vale registrar que “o progresso das certezas científicas, entretanto, não caminha na direção de uma grande certeza” (Morin, 2002, p.23). Não é Buckland (1991) quem diz que a informação-como-conhecimento pode agir tanto no sentido de diminuir quanto de aumentar a incerteza? Aliás, a própria incerteza, que caminha ao lado da dúvida, parece ser a propulsora das atividades científicas e sua busca pelo conhecimento dito verdadeiro, tornado possível, de acordo com Bachelard (1996), quando se toleram as incertezas e se priorizam as perguntas em detrimento das respostas.

Ao longo deste trabalho, serão anotados determinados conceitos ainda em discussão em um campo de estudos dito incipiente em virtude da ausência de paradigmas que sejam capazes de atender às inquietações de seus pesquisadores de modo satisfatório. Nesse contexto, será abordado em que medida a configuração de uma crise pode comprometer um modelo de pensamento ao ponto de suscitar um novo paradigma. Acredita-se que os debates iniciados nos anos de 1970 auxiliam a ilustrar e a entender as negociações que se evidenciam quando se trata de questões inerentes à pesquisa científica e à comunidade acadêmica.

Na primeira parte deste trabalho, será contextualizado o nascimento da Ciência da Informação, na Era da Sociedade Informacional, através de um breve histórico.

O segundo momento traz os primeiros debates, bem como algumas definições e críticas acerca da Ciência da Informação, seu campo de estudos e suas ferramentas. Do mesmo modo, serão evocados alguns conceitos sobre informação, interpretação e aprendizagem.

A terceira e última parte ilustra tanto o advento de um paradigma numa Ciência Social como é a Museologia - com as conferências que se realizaram na América Latina, a partir da década de 1970, com o intuito de traçar novos rumos para aquele campo do conhecimento - quanto a existência de alguns paradigmas na Ciência da Informação, ainda que ela própria não tenha um paradigma definido e amplamente aceito.

### **A Ciência da Informação: um breve histórico**

Apesar de a pólvora, a imprensa e a Reforma serem os três principais agentes causais das transformações tecnológicas, políticas e econômicas que moldaram o mundo atual, Castells (1999) e McGarry (1999) consideram que as principais descobertas tecnológicas em comunicação e eletrônica - microeletrônica, computadores e telecomunicações - do século XX se deram durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. É assim que "a guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil" (Hobsbawm, 1995, p.260).

Nessa perspectiva, terminada a referida contenda global:

[...] o incremento da produção documental foi enorme, fruto essencialmente do desenvolvimento tecnológico, científico e industrial. Os anos cinquenta do século XX ficaram mesmo conhecidos como a época da 'explosão da informação', fenômeno que desencadeou, naturalmente, mudanças profundas nos serviços, nos meios de difusão e até mesmo nas técnicas de tratamento da informação (Silva; Ribeiro, 2011, p.108).

Desse modo, a informação até então mantida em sigilo de Estado seria posta à disposição das sociedades em escala global (Barreto, 2002). Todavia essas novas tecnologias da informação só começariam a se difundir

efetivamente a partir de década de 1970. Foi nesse momento em que se conhece o início de uma verdadeira revolução social, científica e técnica, denotada, no Ocidente, pelo uso da informação e do conhecimento nos processos sociais e produtivos (Saracevic, 1996a).

Tais processos, na Era da Sociedade Informacional, ou da Economia Informacional (Castells, 1999), migraram do fabrico de bens materiais para a produção, armazenamento e disseminação de informação e comunicação. Com isso, verifica-se que a técnica produzida pelas ciências e por seu espírito científico, uma vez popularizada, contribuiu significativamente para a transformação da sociedade - apesar de não determiná-la. Esta última, em contrapartida, também modifica e alimenta a própria ciência em suas investigações e descobertas (Morin, 2002). Nesse caso, é forçoso considerar também a ideia de Nagel (1975) de que, por vezes, a valorização em excesso do caráter prático dos avanços científicos - entenda-se a conquista de bens e vantagens - acaba por distorcer os objetivos primeiros da ciência.

Capurro (2003) mostra, na Ciência da Informação, a presença de duas raízes: a Biblioteconomia clássica e a Computação Digital. A primeira dialoga com as origens da sociedade humana, sustentada que esteve e está nas redes de relações mantidas através da linguagem. A segunda, de natureza tecnológica, está ligada ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, sobretudo a científica registrada em documentos - até então apenas - impressos.

De acordo com Saracevic (1996a), ao longo das décadas de 1960 e 1970, a Ciência da Informação se dedicou ao estudo das propriedades dos processos de comunicação e ao comportamento da informação relativos à sua gênese, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso. Nos anos de 1990, as atenções se voltaram para as questões científicas da área e para a prática profissional direcionadas ao contexto social e suas necessidades de informação.

É exatamente nessa época que Saracevic (1996a) chama a atenção para que estudos sobre usuários e suas demandas e necessidades informacionais estejam acima dos aspectos tecnológicos - funcionalistas -, no *ranking*

de prioridades de estudo entre as ciências e disciplinas que têm na informação o seu objeto. Do mesmo modo, Morin (2002) consideraria de fundamental importância, para toda e qualquer ciência, o ato de se interrogar acerca de suas estruturas ideológicas, contextuais e de seu enraizamento sociocultural.

No momento em que tais preocupações de seleção, armazenamento, recuperação e disseminação da informação se institucionalizavam, a Ciência da Informação dava os seus primeiros passos através de estudos e métodos interdisciplinares, de uma ligação inexorável com a tecnologia da informação e sua participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação (Saracevic, 1996a).

Essa caminhada começou a ser registrada por inúmeros estudos e debates promovidos em conferências, encontros e seminários; do mesmo modo, muitas revistas e periódicos, nas décadas de 1980 e 1990, foram publicados nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Tais trabalhos e artigos, via de regra compostos por historiadores da informação e bibliotecários, eram direcionados a um público geral, uma vez que se evitava o uso de uma linguagem especializada (Burke, 2007).

Em seus conteúdos estava a exploração de tópicos desde a indexação até o desenvolvimento de bibliotecas e sistemas de informação científica. Do mesmo modo, alguns estudiosos da Ciência da Informação focaram suas atenções nos grandes contextos histórico-explicativos, tais como a modernização do mundo ocidental, a ascensão da chamada sociedade pós-industrial e a contenda entre socialismo e capitalismo (Burke, 2007).

O próprio Burke (2007), entretanto, considera que, apesar de todo o trabalho realizado até agora, não haja um conhecimento suficiente que possa embasar a confecção de uma narrativa histórica abrangente da Ciência da Informação. Alguns pontos essenciais permanecem sem resposta e grande parte da literatura histórica existente aguarda tradução para linguagem e conceitos comuns.

É justamente sobre essa pluralidade de definições e conceitos acerca da informação, do conhecimento, do objeto da Ciência da Informação e da delimitação de alguns paradigmas nesse campo de estudos que os tópicos seguintes tratam.

## Do caos conceitual à organização do conhecimento

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), comumente se define a Ciência da Informação como um campo do saber que se ocupa com a gênese, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, aplicando-se, nesse campo, a intervenção das novas tecnologias. Entretanto, ambos ressaltam que nenhuma ciência deveria ser identificada por meio de suas ferramentas - aspectos funcionalistas -, mas pelo seu objeto de estudo e por sua função específica - a informação como fenômeno.

A Sociedade da Informação, brevemente apresentada no tópico anterior, assim como todas as sociedades que passam por transformações históricas e/ou socioeconômicas, demanda as ações de uma ciência no sentido de estudar as propriedades da informação, bem como os processos de sua construção, disseminação e uso, conforme pontua Le Coadic (2004). Esse mesmo autor enxerga na Ciência da Informação - uma ciência social aplicada - a preocupação em esclarecer um problema social evidente: o da informação no que concerne aos aspectos da cognição e da comunicação humanas.

A informação, aliás, desfruta de uma posição privilegiada na atualidade, pois é a partir da informação - como matéria-prima para a tomada de decisões - que a sociedade, em seus vários segmentos, organiza-se, traçando seus planos de ação. Numa palavra, a informação figura como sinônimo de poder - posicionamento estratégico - numa realidade em que seu fluxo é global, contínuo e veloz, e que estratégias de preservação, controle e acesso têm estado nos focos da notícia e na pauta de instituições públicas e privadas, bem como no campo das ciências da tecnologia e da informação.

Le Coadic (2004) define a informação como um conhecimento registrado em um suporte na forma escrita - impresso ou digital -, oral ou audiovisual, compondo um elemento de sentido transmissível a um ser consciente que a interprete através da linguagem.

De modo semelhante, Zins (2007) considera que informação é o significado lógico, porém transitório, de declarações/comunicações emitidas socialmente. Conhecimento, por sua vez, é a capacidade de compreender, explicar e negociar conceitos, ações e intenções. Dito de

outro modo, o conhecimento é a informação que foi apropriada pelo usuário. Quando a informação é adequadamente assimilada para além de sua utilização, mediante análise e reflexão prévia, produz-se conhecimento, que modifica o indivíduo e transforma a sociedade. Apesar de ser uma construção humana, o conhecimento não é transferível, mas, através de informações, pode-se se comunicar sobre determinado assunto.

Capurro e Hjørland (2007) atribuem à informação uma grande variedade de significados e visões teóricas, por vezes, conflitantes. Tais definições dependem, contudo, das funções que lhes são conferidas, visto que a informação ganha significado mediante as interpretações dos seus receptores. Kuhn (1979) considera, nessa perspectiva, que todas as coisas que o homem vê dependem daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver.

Nesse sentido, negada como matéria e energia por alguns, e entendida como um fenômeno humano que envolve troca de mensagens, a informação não é um elemento observável puro, mas um dado interpretável, uma vez que prescinde do pensamento humano.

Morin (2011) ratifica essa ideia ao anotar que os seres humanos conhecem o mundo graças às mensagens transmitidas, através da percepção, ao cérebro; é lá, na mente, onde se encontra o interior do mundo particular de cada um. De acordo com esse filósofo, a informação existe desde que, entre os homens, haja interação, comunicação e interpretação de signos, cognoscíveis mediante a tradução das realidades do mundo exterior.

De modo semelhante, Silva e Ribeiro (2011) afirmam que o conceito de informação evoca o de comunicação e ambos estão atrelados a um fenômeno humano, e, portanto, social, que dialoga com a capacidade simbólica de cada indivíduo e sua necessidade de interagir com seus pares.

Ainda, segundo Morin (2011), a informação não deve ser considerada como um ingrediente, mas como uma teoria dotada de um conceito indispensável que, apesar de pedir uma problematização, ainda não figura como um conceito elucidativo, apresentando lacunas e incertezas ao mesmo tempo em que se mostra muito mais um ponto de partida do que de chegada.

Zilio e Gonzalez (2010) defendem a ideia de que todos vivem ligados numa teia de informação - não

necessariamente simbólica - em que o conjunto de normas e hábitos partilhados é, possivelmente, o resultado mais contundente desse fato. Não obstante, tal possibilidade seria descartada se o homem fosse incapaz de receber, manipular e difundir informação significativa. O significado, no entanto, ainda de acordo com Zilio e Gonzalez (2010) não está contido diretamente na informação, mas no seu processo de representação, atrelado que está à habilidade de aprendizagem dos indivíduos.

Para Buckland (1991), a informação que, através da percepção, modifica aquilo que se conhece e as opiniões é chamada informação-como-processo. É nesse particular que se pode inferir que por meio de uma nova informação a consciência ou a percepção da realidade são afetadas. Logo, aprendizagem e transformação parecem indissociáveis. O que corrobora também a ideia de que a fonte primária da informação é a observação relevante do fenômeno natural.

McGarry (1999) acrescenta a ideia de que todos possuem um mapa cognitivo que se modifica a cada nova experiência/aprendizagem, para depois se reordenar. Nesse caso, sempre que se interpreta uma nova informação e que ela é acrescentada aos conhecimentos, desorganizam-se os arquivos de nossa mente para depois rearranjá-los mais uma vez. Esta, aliás, parece ser uma atividade dinâmica e inacabada, responsável pela construção do que Barreto (2002) denomina de inteligência - a introdução de um conhecimento assimilado na realidade do receptor, representando um conjunto de atos voluntários através do qual ele reelabora seu mundo e busca modificar seu espaço.

É válido lembrar que este é um acervo subjetivo, ainda que desenvolvido social e culturalmente, e que, no entendimento daquele autor, a informação atua como um instrumento modificador da consciência do homem, trazendo benefícios para o seu desenvolvimento e para o bom funcionamento da sociedade e a harmonização do mundo (Barreto, 2002). Essa concepção harmônica, no entanto, não é convincente devido à inclinação em concordar com a ideia de Buckland (1991) de que a dilatação dos canais de informação tanto pode diminuir quanto aumentar o grau de incerteza. Parece justo salientar ainda que tanto a incerteza como a desordem não necessariamente devem ser afastadas; dúvida e entropia

podem, em muito, contribuir para a pesquisa e a aprendizagem.

E nesse contexto, vale enfatizar que:

A epistemologia não é pontifical nem judiciária; ela é o lugar ao mesmo tempo da incerteza e da dialógica. De fato, todas as incertezas que consideramos relevantes devem ser confrontadas, corrigir umas às outras, entredialogar sem que, no entanto, se imagine possível tapar com esparadrapo ideológico a última brecha (Morin, 2011, p.47).

O próprio Morin (2011) ensina que a capacidade de compreender é inerente à consciência da complexidade.

Tornando a abordar o processo interpretativo, que desarranja para depois rearranjar, precisa-se ainda pontuar que ele advém como uma condição necessária à aquisição de conhecimento, já que interpretar uma informação requer a introdução da perspectiva do receptor, que, por sua vez, confere, ou não, significado àquela mensagem.

Buckland (1991) defende essa natureza subjetiva da informação, ainda nesse contexto, a informação não seria algo idêntico tanto para o emissor quanto para o receptor, mas se apresenta como um elemento a ser constituído, interpretado e partilhado através do processo de comunicação.

Em relação à desordem, é novamente Morin (2011) quem pontua que toda a transformação, assim como a própria vida, está ligada à degradação, à confusão, a qual coopera de certo modo no sentido de organizar o universo. Este, afinal, não teria começado com uma desintegração, e só depois teria se organizado?

Nesse particular, a própria Ciência da Informação já foi - e, por vezes, ainda é - acusada de ser um campo do conhecimento que se encontra num estado de desagregação tamanha e cuja literatura científica é caracterizada pelo caos conceitual, por analogias inadequadas, definições circulares, vagas e contraditórias (Hjorland, 2000).

Todavia, esse mesmo "caos" pode, em sua origem, representar a própria sistematização da Ciência da Informação. De modo análogo, a memória também não existe sem o esquecimento, sendo essa analogia, como aquela, uma relação dialógica na qual forças antagônicas

se complementam através de um equilíbrio dinâmico e mutante. Assim acontece desde a Antiguidade, seja no Oriente - com a filosofia chinesa do *yin-yang* -, seja no Ocidente - com a associação dos contrários de Heráclito (Morin, 2003). No passado, como hoje:

Num universo de pura ordem, não haveria inovação, criação, evolução. Não haveria existência viva nem humana. Do mesmo modo nenhuma existência seria possível na pura desordem, porque não haveria nenhum elemento de estabilidade para se instituir uma organização (Morin, 2011, p.89).

É assim que a chamada complexidade científica parece caminhar entre o consenso e o conflito; entre a racionalidade e o empirismo, a imaginação e a verificação. O não científico está no científico e vice-versa, sem que um anule o outro ou cerceie suas expressões (Morin, 2011).

## Mudança de paradigma e sua ruptura

Apesar de não se refutar de todo os postulados de Popper, há a inclinação em concordar, ao menos em parte, com os pareceres de Thomas Kuhn acerca da relação estreita entre crise e mudança de paradigma.

Um exemplo da aplicação dessa teoria, no campo das Ciências Sociais, e, especificamente, dentro da Museologia, pode ser ilustrado nos novos direcionamentos - entendidos aqui como uma espécie de mudança de paradigma ante uma evidente crise que se anunciava - que tem tomado esta ciência na América Latina, desde os anos de 1970.

Mas o que o museu e seu campo de estudos teriam a ver com a Ciência da Informação? A afirmativa a seguir parece bastante esclarecedora no sentido de ajudar nessa contextualização, ao considerar que:

Dentre as chamadas instituições de memória, o museu tem um papel ímpar na sociedade moderna como mediador entre o público e o acervo, e enquanto comunicador e produtor de discurso. A forma pela qual o público recebe o conteúdo e a mensagem de uma exposição museológica assegura e garante a legitimidade da função social do museu. Talvez seja esta a possibilidade de perceber que a associação entre museu, comunicação e informação configura-se tão estreita e legítima quanto a solidificação das instituições sociais (Castro, 2007, p.105).

No tocante à aproximação entre a Museologia e a Ciência da Informação, ainda se pode lembrar que Le Coadic (2004) teceu algumas reflexões acerca de quatro práticas de organização - entre elas a Museoeconomia - que, segundo ele, atuaram no campo da informação.

Isto posto, o museu, inicialmente, foi pensado e construído para ser visto/consumido por poucos; aliás, "o livro na biblioteca e o objeto no museu foram durante muito tempo recolhidos, armazenados e preservados por um conservador com o fim único da preservação patrimonial" (Le Coadic, 2004, p.12). Suas noções e ações em torno do sagrado e da sacralização de objetos/documentos e monumentos afastavam a muitos. Isso porque se defendia a ideia de que a compreensão e apreensão de determinados conhecimentos não era tangível à coletividade, cientificamente tida como inferior (Schwarcz, 1993).

Essa linha de pensamento, baseada na exclusão do popular e do próprio senso comum e no ranqueamento de competências e capacidades, que vigorou desde o século XIX - época da organização e institucionalização dos primeiros espaços museais (Schwarcz, 1993) - e atravessou o século seguinte, deu os primeiros sinais de crise quando se começou a perceber, para além da ausência de público nos museus, sobretudo na América Latina, profundas crises nos campos da política, economia e cultura desses países (Conselho Internacional de Museus, 1972).

Em virtude de tais constatações, realizou-se, em 1972, uma conferência do Conselho Internacional de Museus, em Santiago, no Chile, onde se deliberou acerca do papel decisivo, que cabe aos museus, no tocante à educação das comunidades. Ficou decidido também que a estes competiria a missão de tornar suas coleções acessíveis ao máximo, tanto a pesquisadores qualificados quanto a entidades públicas, privadas e religiosas. O museu foi definido, ainda, como uma instituição a serviço da sociedade no sentido de participar da formação de sua consciência sem isentar o protagonismo das comunidades nessa ação (Conselho Internacional de Museus, 1972). Doze anos mais tarde, o *The International Council of Museums* (ICOM), reunido no Canadá, através da Declaração de Quebec, ratificaria as deliberações feitas em Santiago (Conselho Internacional de Museus, 1984).

No ano em que se celebraram os vinte anos da confecção da Declaração de Santiago, discutiram-se, em

Caracas, na Venezuela, entre outros aspectos, a confirmação da vigência dos postulados feitos em Santiago; uma reflexão sobre a ação social do museu e a necessidade da tomada de consciência dos poderes públicos acerca da importância da inserção de políticas museológicas no campo da cultura; as crises políticas, econômicas e culturais que se intensificavam por quase toda a América Latina entre fins dos anos de 1980 e começo dos de 1990; e o museu não apenas como fonte de informação ou instrumento de educação, mas, fundamentalmente, como um espaço adequado onde a comunidade possa se expressar e interagir com os processos e produtos culturais, fomentando, assim, um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar coletivo (Conselho Internacional de Museus, 1992).

Deve-se registrar, por fim, que nas três conferências tratadas, tomaram parte representantes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, da Colômbia, de Cuba, do Equador, do México, da Nicarágua, do Peru e da Venezuela. Portanto, apenas países latino-americanos, que buscavam, através de novos paradigmas, soluções para problemas e crises que se lhes apresentavam à época. É desse modo que, em fins do século XX, diante de algumas crises e adversidades pelas quais o museu passou em relação à sua funcionalidade e concessão de significado e valor para o usuário, um grupo de especialistas, a partir de 1972, se reuniu para traçar uma mudança de paradigma para a Museologia e para o próprio museu. Este, para se manter vivo e superar suas próprias crises, precisou aceitar-se como um espaço de (re)invenção, de interatividade, de ludicidade, de franco convite à sociedade como um todo. O seu foco, por sinal, transferiu-se do objeto/documento/monumento para o visitante/usuário. Pode-se dizer, com isso, que, tal como nos arquivos e nas bibliotecas, o museu tem agido no sentido de substituir o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista pelo paradigma pós-custodial, informacional e científico (Silva; Ribeiro, 2011).

É justo e necessário, nesse sentido, enfatizar o ponto de discordância com Thomas Kuhn - acerca da necessidade de ruptura para o advento de novos paradigmas - que, por outro lado, nos aproxima da ideia defendida por Silva e Ribeiro (2011) no que concerne à vigência simultânea de dois paradigmas distintos e até antagônicos, ainda que um deles, o mais antigo, dê sinais de esgotamento ou colapso.

Um clássico exemplo de tal possibilidade é a relação entre a oralidade e a escrita, em que se percebe o entrecruzamento de ruptura e continuidade nesse - apenas aparente - par de contrários (Silva; Ribeiro, 2011), uma vez que a fala e seu registro impresso não de-vem ser percebidos como opostos, mas como “o efeito de distinções recíprocas dentro de configurações históricas sucessivas e imbricadas” (Certeau, 2008, p.223).

Outra ilustração acerca da vigência simultânea de dois paradigmas, que talvez melhor se aplique a essas considerações, é a existência do paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista - cujos traços fundamentais são a supervalorização da custódia ou da guarda e a importância crescente do acesso ao conteúdo - e do emergente paradigma pós-custodial, informacional e científico - marcado pela valorização da informação como um fenômeno social e com prioridade máxima dada ao acesso à informação (Silva; Ribeiro, 2011).

Parece relevante considerar, em relação ao paradigma custodial, o mais antigo, que este ainda parece vigorar na maioria das instituições de memória - a saber: arquivos, bibliotecas e museus - onde a desejada universalização da cordialidade da informação ainda é um sonho distante, posto que o usuário, muitas vezes, é identificado como *persona non grata*, como um inimigo, um agente em potencial da temida entropia no sistema; e o paradigma pós-custodial aparece como um estado de exceção. A busca por essa mudança efetiva depende em muito da biblioteca ou do museu que se quer para o futuro. Se tais instituições foram criadas pelo e para o homem, um ser por natureza dinâmico tal como sua realidade, seu cotidiano e suas relações em sociedade, por que também esses lugares de memória não podem operar transformações em seus métodos e concepções? Um organismo que não se reinventa ante a adversidade está fadado ao desaparecimento.

Concluída a breve análise de aplicação de mudança de paradigma no campo da Museologia, é este o momento que se entende como propício para analisar alguns paradigmas atribuídos à Ciência da Informação. Sabe-se que o conceito de informação é explorado sob diferentes prismas, que estão relacionados a basicamente três paradigmas, e que servem de sustentáculo para diferentes análises do fenômeno da informação. Seriam eles o paradigma físico, o cognitivo e o social (Capurro, 2003).

Para Capurro (2003, p.4):

[...] a Ciência da Informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social [...] mas agora de corte tecnológico digital.

Em relação ao paradigma físico, este postula que uma mensagem, e não uma informação, é transmitida a partir de um emissor a um receptor. De acordo com essa teoria, defendida por Shannon, não seria a informação, mas a mensagem o que reduz a incerteza. Esse paradigma exclui, assim, o papel ativo do sujeito cognoscente, identificado como usuário, no processo informativo e comunicativo, em geral. Os limites desse paradigma conduziram a um novo paradigma: o cognitivo (Capurro, 2003).

De acordo com Capurro (2003), o paradigma cognitivo, proposto por Brookes, entre outros, respalda-se na ontologia popperiana e sua conhecida distinção de três mundos: o do físico, o da consciência e o do conteúdo intelectual das teorias científicas. Este último é aplicado ao modelo de *Brookes* como agente formador de uma rede existente nos espaços cognitivos, chamada informação objetiva.

Essa informação objetiva seria percebida como uma perspectiva cognitiva a partir do momento em que se busca verificar de que forma os processos informativos são capazes, ou não, de transformar o usuário - sujeito cognoscente dotado de modelos mentais do mundo exterior que são transformados ao longo do processo informacional - que tem necessidade de se informar para corrigir seu estado anômalo de conhecimento (Le Coadic, 2004).

Essa perspectiva cognitiva, no entanto, ignorava os critérios de subjetividade e autonomia no tocante às análises de seleção e relevância conferidas pelo indivíduo. Este, considerado um ser social, está sob influência da sua área de domínio e do seu contexto e, portanto, o ato da busca de informação do usuário depende, inexoravelmente, não só dos seus conhecimentos apriorísticos, mas também do seu estado de conhecimento da área do domínio - contexto -, e de suas necessidades de informação - entropia/grau de ordem do problema - (Ingwersen, 1992). É assim que, de acordo com o próprio Ingwersen



(1992), os processos informativos trazem a possibilidade de transformação - ou não - dos modelos mentais do mundo exterior do usuário.

Nesse contexto, não se pode abordar o paradigma sociocognitivo no campo da Ciência da Informação sem mencionar as considerações registradas em torno da dimensão de relevância. Esta última é percebida por Saracevic (1996b) como um conceito dinâmico, baseado na cognição humana, que demanda um contexto, dentro do qual se alocam determinados atributos de relevância, a saber: relações (comunicações/trocas); intenções (objetivos/expectativas); inferências (percepções); e interações (processo dinâmico de cognição).

Ainda acerca da relevância aplicada ao paradigma sociocognitivo, deve-se considerar que esta se tornou uma área de interesse para a Ciência da Informação, desde as primeiras contribuições de Vannevar Bush, ao ponto de Saracevic (1996b) no que ele mesmo chamou de revisão crítica do pensamento sobre a natureza da relevância em Ciência da Informação - classificar as seguintes manifestações de relevância: relevância algorítmica; relevância tópica; relevância cognitiva (ou pertinência); relevância situacional (ou utilidade); e relevância afetiva ou motivacional.

De acordo com tais postulados, Saracevic (1996b) define a relevância algorítmica como sendo a relação de efetividade entre uma busca e os textos recuperados pelo sistema de informação; já a relevância tópica é pensada como a relação entre os assuntos de uma busca e dos textos recuperados pelo sistema. A relevância cognitiva, também chamada de pertinência, tem a ver com qualidade, novidade e correspondência cognitiva entre uma busca e os textos recuperados pelo sistema, enquanto que a relevância situacional, ou de utilidade - importante na redução de incertezas e na tomada de decisões - é entendida como a relação entre a situação, a tarefa ou o problema e os textos recuperados pelo sistema. Por fim, a relevância motivacional, ou afetiva, estaria relacionada às intenções e metas do usuário e sua satisfação com o produto obtido.

Desse modo, o usuário é percebido como um ser dotado de um papel eminentemente ativo na sua busca por informação, e influenciado pelo contexto social.

Registre-se que, com isso, não se quer dizer que o paradigma social venha sendo aplicado com sucesso inquestionável; há também problematizações em sua práxis, as quais, entretanto, não serão analisadas neste trabalho.

## Considerações Finais

A Ciência da Informação, desde os anos de 1940, vem recebendo valiosas contribuições de várias áreas do conhecimento e com elas vem buscando amadurecer pontos de vista no intuito de consolidar algumas definições. Dessa forma, de modo algum ela parece uma ciência incipiente. A sua maturidade, por outro lado, ainda não foi alcançada, assim como a definição de alguns paradigmas não estão de todo delimitados. Nesse sentido, haveria algum paradigma específico para a Ciência da Informação?

Considerando a complexidade da autonomia humana e sua demanda por condições socioculturais - tais como linguagem e saberes - para consolidar-se em sua independência, devemos destacar a necessidade de que esta cultura demandada seja diversificada ao ponto de criar alternativas de escolhas diante do acervo de ideias existentes, para que se possa refletir de modo autônomo.

Pensa-se que a busca pela autonomia humana, em muitos momentos se aplica à busca por uma autonomia da ciência, onde se pode encontrar muitos e variados caminhos de raciocínio, como também mais dados e mais pontos de vista. E, nesse caso, a Ciência da Informação já dispõe de um estoque de possibilidades minimamente necessário para alcançar a sua autonomia como ciência. Ciência esta que nasceu interdisciplinar e que não parece querer se afastar dessa sábia característica, já que denota a ideia de que os conceitos não são definidos pelas fronteiras.

Pode-se anotar, por fim, que a Ciência da Informação se utiliza de paradigmas de outros campos do conhecimento, mas ainda não possui, ela própria, um paradigma que delimite conceitos e áreas de concentração e atuação. Talvez a emergência de um paradigma consensual neste campo do conhecimento, no contexto atual - de uma sociedade globalizada e interconectada - possa encontrar seu ponto de partida nas perguntas-chave: informação para quem? Informação para quê?

## Agradecimentos

Às agências Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Fundação de

Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, cujas bolsas de produtividade e pesquisa, como também a de mestrado permitiram a realização deste trabalho.

## Referências

- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, A.A. A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.16, n.3, p.67-74, 2002.
- BUCKLAND, M. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- BURKE, C. *History of information science*. Baltimore: University of Maryland, 2007.
- CAPURRO, R. *Epistemologia e ciência da informação*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p.1-21. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciainformacao/Disiplinas/Capurro-Epistemologia%20e%20CI.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2011.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.12, n.1, p.148-207, 2007.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, A.L.S. *Memórias clandestinas e sua museificação*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. *Declaração de Santiago*: mesa-redonda de Santiago do Chile. 1972. Disponível em: <[http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid=3](http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid=3)>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. *Declaração de Quebec*: princípios de base de uma nova museologia. 1984. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. *Declaração de Caracas*. 1992. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl\\_caracas.asp](http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp)>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- HJORLAND, B. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, v.56, n.1, 2000. Available from: <[http://www.iva.dk/binaries/documents\\_memory%20institutions%20and%20is.pdf](http://www.iva.dk/binaries/documents_memory%20institutions%20and%20is.pdf)>. Cited: 22 June 2011.
- HOBSBAWM, E.J. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INGWERSEN, P. *Information retrieval interaction*. London: Taylor Graham, 1992.
- KUHN, T. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, J.D. (Org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.53-80.
- LE COADIC, Y.F. O objeto: a informação. In: LE COADIC, Y.F. *A ciência da informação*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p.3-11.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999a.
- LÉVY, P. *O que é virtual?*. São Paulo: Editora 34, 1999b.
- McGARRY, K. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F.M.; SILVA, J.M. (Org.). *Para navegar no século XXI*. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2003. p.13-36.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- NAGEL, E. Ciência: natureza e objetivo. In: MORGENBESSER, S. (Org.). *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975. p.11-24.
- ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.1, n.1, p.41-62, 1996a.
- SARACEVIC, T. Relevance reconsidered. In: INGWERSEN, P.; PORS, N.O. *Information science: integration in perspective*. Copenhagen, Denmark: Royal School of Library and Information Science, 1996b.
- SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, A.M.; RIBEIRO, F. *Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação*. Recife: Néctar, 2011.
- ZILIO, D.; GONZALEZ, M. A gênese do significado. *Revista Filosofia, Ciência & Vida*, v.5, n.53, p.14-22, 2010.
- ZINS, C. Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v.58, n.4, p.479-493, 2007.